



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150782 - MG (2021/0232453-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : J R DOS S (PRESO)
ADVOGADO : BRUNO CORREA DA SILVA - MG176282
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em habeas corpus com pedido de liminar interposto por J R DOS S contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.110456-7/000).

O recorrente está preso preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 14, *caput*, e 16, § 1º, I, da Lei n. 10.826/2003 e no art. 147, *caput*, do Código Penal, bem como em razão do descumprimento das condições impostas em decisão que deferiu a liberdade provisória.

Nesta via, a defesa sustenta inexistir motivação idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o constrangimento ilegal decorre da violação do princípio constitucional da presunção de inocência, considerando que a simples gravidade abstrata do delito não pode servir de mote à manutenção do decreto prisional.

Salienta que não houve descumprimento de nenhuma medida aplicada.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

Inferre-se que, além deste recurso ordinário constitucional, a defesa impetrou o HC n. 681.299, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do HC n. 1.0000.21.110456-7/000 e buscando a revogação da prisão preventiva do recorrente ou a substituição por medidas cautelares.

Assim, observa-se que, neste inconformismo, tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido nenhum fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *writ*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

A propósito, cito julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRETENSÃO JÁ ANALISADA EM WRIT ANTERIOR. MERA REITERAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Hipótese em que a a presente impetração constitui mera reiteração do pedido formulado no HC 429.842/SP, e isto porque há identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos a mesma decisão, o que constitui óbice ao seu conhecimento.

2. Ainda que o habeas corpus anterior não tenha sido conhecido, caso analisada a pretensão para fins de

análise de eventual flagrante

ilegalidade, subsiste a reiteração entre os feitos.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC n. 94212/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 15/4/2020; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea a, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, não se conhece do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência